

## CRR-SECRETARIA-EXECUTIVA C. A ASS EMERGENCIAL

## Estudo Técnico Preliminar 47/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 60301.000572/2026-73

## 2. Descrição da necessidade

## Aquisição de materiais permanentes (mobiliário)



## Contextualização Institucional

2.1. Operação Acolhida é a resposta humanitária coordenada pelo Governo Federal do Brasil ao fluxo migratório de venezuelanos em situação de vulnerabilidade. Instituída pela Lei nº 13.684, de 2018 e pelo Decreto nº 9.285, de 2018, configura-se como ação interinstitucional que envolve diversos ministérios, as Forças Armadas, governos estaduais e municipais, organismos internacionais (como ACNUR e OIM) e a sociedade civil.

2.2. A missão da Operação Acolhida organiza-se em três eixos fundamentais:

2.2.1. **Ordenar:** corresponde ao primeiro ato de acolhimento, no qual a pessoa recém-chegada é atendida, documentada e tem assegurado o acesso a direitos básicos. Trata-se da etapa inicial do percurso para o pleno exercício da cidadania;

2.2.2. **Acolher:** consiste na oferta de abrigo temporário e de condições dignas de permanência, com oportunidades e atendimento necessário para o início da vida no país; e

2.2.3. **Interiorizar e Integrar:** dá sequência à jornada. A interiorização constitui a ponte para um futuro com mais oportunidades, viabilizando o deslocamento para outras localidades do território nacional e favorecendo a construção de um novo projeto de vida.

2.3. Desde 2018, a Operação Acolhida possibilitou a interiorização de mais de 160 mil venezuelanos para municípios de todos os estados brasileiros, promovendo sua integração e garantindo maior efetividade das políticas de assistência social, trabalho e cidadania. Esse contingente representa a ampliação da diversidade cultural e a incorporação de novos talentos e histórias de superação ao tecido social brasileiro, resultado direto do eixo de interiorização.

2.4. No contexto das ações administrativas, logísticas e operacionais desenvolvidas no âmbito da Força-Tarefa Logística Humanitária – Operação Acolhida, identifica-se a necessidade de aquisição de materiais permanentes de mobiliário destinados ao atendimento das demandas das diversas seções da Base Ayrton Senna, em Boa Vista-RR, e da Base Sgt Braz, em Pacaraima-RR. A necessidade decorre da insuficiência, desgaste, inadequação ou inexistência de mobiliário compatível com as atividades desempenhadas nas referidas instalações, abrangendo itens essenciais como mesas, cadeiras, armários, cofres, lixeiras, jogos de sinuca e demais equipamentos correlatos. Tal situação compromete a adequada organização dos ambientes administrativos e operacionais, reduz a funcionalidade dos espaços, impacta negativamente as condições de conforto, ergonomia, segurança e bem-estar dos militares e servidores civis, além de dificultar a execução eficiente das atividades institucionais e de apoio humanitário. Assim, a contratação tem por finalidade assegurar infraestrutura física adequada ao pleno funcionamento das unidades, promovendo melhores condições de trabalho, organização, habitabilidade e eficiência operacional, em consonância com os princípios constitucionais da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público e interesse público previstos no art. 37 da Constituição Federal.

2.5. A presente iniciativa fundamenta-se no dever da Administração Pública de prover infraestrutura física adequada, funcional e compatível com as necessidades institucionais das unidades sob sua responsabilidade, assegurando ambientes organizados, seguros, ergonômicos e adequados ao desenvolvimento das atividades administrativas, operacionais, logísticas e de apoio humanitário executadas no âmbito da Operação Acolhida. A contratação observa os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles relacionados ao planejamento das contratações, à padronização dos bens, à gestão de riscos, à busca da solução mais vantajosa e à promoção da eficiência administrativa. Além disso, deverão ser observadas as normas técnicas aplicáveis aos materiais permanentes de mobiliário, especialmente aquelas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como requisitos relacionados à ergonomia, segurança, resistência, estabilidade, durabilidade, qualidade dos materiais e adequação funcional dos bens, visando garantir condições apropriadas de utilização e maior vida útil do mobiliário adquirido.

2.6. Dessa forma, a aquisição de materiais permanentes de mobiliário configura-se como medida essencial para a modernização, estruturação e adequação das instalações da Base Ayrton Senna e da Base Sgt Braz, contribuindo diretamente para o fortalecimento da capacidade operacional e administrativa da Operação Acolhida. A medida permitirá a melhoria da organização dos ambientes de trabalho e convivência, maior racionalização do uso dos espaços físicos, melhores condições de conforto, ergonomia, segurança e funcionalidade aos usuários, além da redução de riscos relacionados à utilização de mobiliário inadequado, deteriorado ou insuficiente para atendimento das demandas institucionais. Ademais, a contratação contribuirá para maior eficiência na execução das atividades administrativas, logísticas e operacionais, promovendo melhores condições para o desempenho das missões atribuídas à Força-Tarefa Logística Humanitária – Operação Acolhida e reforçando o compromisso da Administração com a economicidade, a eficiência, a sustentabilidade e a boa gestão dos recursos públicos.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Centro de Coordenação de Operações Logísticas	GIOVANNI RODRIGUES SOARES

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### 4.1. Diretrizes normativas e enquadramento do objeto

**4.1.1. Fundamentação legal:** Nos termos do art. 18, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, este estudo contempla os requisitos necessários e suficientes à adequada definição da solução, assegurando que a aquisição de **materiais permanentes de mobiliário e equipamentos de apoio destinados às diversas seções** da Base Ayrton Senna (Boa Vista-RR) e da Base Sgt Braz (Pacaraima-RR) ocorra de forma precisa, eficiente e compatível com os princípios da Administração Pública, motivada pela necessidade de dotar a estrutura de meios essenciais ao desempenho das atividades operacionais, administrativas e logísticas no contexto da Operação Acolhida.

**4.1.2. Natureza dos bens:** Os itens pretendidos — que englobam mobiliário corporativo (mesas retangulares e angulares, estações de trabalho, gaveteiros), assentos (cadeiras plásticas, de espera, altas tipo caixa, poltronas), estruturas de armazenamento e logística (armários de aço, estantes inox, caixas térmicas, lixeiras) e itens de bem-estar/apoio (mesas de jogos, escadas) — enquadram-se estritamente como bens comuns (art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021). Isso se deve ao fato de possuírem padrões de desempenho, ergonomia e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

**4.1.3. Vedação a itens de luxo:** Em estrita observância ao art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto nº 10.818/2021, fica vedada a aquisição de bens caracterizados como de luxo.

**4.1.4. Regime de Execução:** A contratação possui natureza de fornecimento não continuado, configurando-se como uma aquisição de bens permanentes. A execução ocorrerá de forma sob demanda, mediante a emissão de Nota de Empenho, conforme a necessidade administrativa, com o objetivo de garantir o aparelhamento, a modernização e o suporte logístico-humanitário no âmbito da Operação Acolhida. A vigência contratual será de 12 (doze) meses e justifica-se pelas necessidades já apresentadas.

**4.1.4.1.** Em conformidade com o Art. 84 da Lei nº 14.133/2021, a Ata de Registro de Preços decorrente deste certame terá vigência de 1 ano, podendo ser prorrogada por igual período, mediante manifestação de interesse da Administração e anuência do fornecedor. Fica expressamente estabelecida a possibilidade de renovação do quantitativo registrado por ocasião da prorrogação da vigência da Ata, desde que demonstrada a vantajosidade econômica e a manutenção das condições de habilitação, respeitados os limites e necessidades da Operação Acolhida.

#### 4.2. Padrões técnicos, qualidade e sustentabilidade

**4.2.1. Padronização e uso do CATMAT:** Em conformidade com o art. 40 da Lei nº 14.133/2021, as especificações primam pela clareza e objetividade. Para fins de registro no sistema, foram utilizados códigos do Catálogo de Materials (CATMAT) de descrição aproximada; contudo, a descrição técnica detalhada neste procedimento prevalece sobre a descrição automatizada do catálogo, garantindo a fiel correspondência ao objeto sem direcionamento de marcas.

**4.2.2. Certificações e normas:** Os materiais deverão possuir certificação de conformidade e relatórios de ensaio emitidos por laboratórios credenciados, quando aplicável, atestando a qualidade dos componentes, resistência mecânica das soldas/estruturas e a ausência de toxicidade nos revestimentos e tinturas (revestimento melamínico texturizado, pintura epóxi-pó com tratamento antiferruginoso para as estruturas de aço).

**4.2.3. Conformidade com normas técnicas:** Os equipamentos e mobiliários deverão observar rigorosamente as normas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (**ABNT**), pelo **INMETRO** e as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Especificamente para o mobiliário e assentos, deverão ser atendidas as diretrizes de ergonomia da **NR-17**, além das normas de desempenho aplicáveis, tais como:

**4.2.3.1. ABNT NBR 13962:** Móveis para escritório – Cadeiras (requisitos e métodos de ensaio para estabilidade, resistência e durabilidade);

**4.2.3.2. ABNT NBR 13966:** Móveis para escritório – Mesas (requisitos mecânicos e dimensionais);

**4.2.3.3. ABNT NBR 13961:** Móveis para escritório – Armários e estantes; e

**4.2.3.4. ABNT NBR 16031:** Móveis para escritório – Assentos múltiplos (aplicável aos conjuntos de cadeiras de espera).

**4.2.4. Eficiência energética e meio ambiente:** Em consonância com o art. 25 da Lei nº 14.133/2021, a aquisição priorizará insumos de menor impacto ambiental. Os componentes de madeira (MDP/MDF) utilizados na fabricação das mesas, gaveteiros e estações de trabalho deverão originar-se de processos de manejo florestal sustentável ou reflorestamento (comprovação via certificação FSC, CERFLOR ou equivalente). A futura contratada deverá adotar práticas sustentáveis no acondicionamento, minimizando o uso de plásticos não recicláveis nas embalagens e priorizando materiais reciclados ou recicláveis (papelão ondulado).

**4.2.5. Adequação climatológica:** Os materiais devem apresentar robustez mecânica, tratamentos anticorrosivos de alta resistência e isolamento térmico (no caso das caixas térmicas) compatíveis com as **severas condições climáticas de alta umidade, temperatura e poeira suspensa da região amazônica**. Os componentes metálicos de armários, poltronas e pedestais devem possuir tratamento fosfatizante e proteção contra oxidação para mitigar o desgaste acelerado decorrente do ambiente operacional de fronteira.

### **4.3. Condições de fornecimento e obrigações logísticas**

**4.3.1. Qualidade dos bens:** Todos os produtos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, sem avarias ou defeitos, dispostos em suas embalagens originais lacradas e adequadas para o transporte terrestre, contendo identificação legível de marca, modelo e número de série.

**4.3.2. Documentação técnica:** Os bens serão acompanhados obrigatoriamente de manuais de instrução, catálogos ou prospectos técnicos em língua portuguesa. Para fins de validação, a Administração poderá exigir a apresentação dessas fichas técnicas ou amostras durante a fase de julgamento das propostas.

**4.3.3. Endereço e logística de entrega:** Os materiais deverão ser entregues na Avenida Capitão Ene Garcês, nº 1037, Bairro Mecejana, Boa Vista – RR (Almoxarifado Central do 6º Batalhão de Engenharia de Construção), de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h00. Toda a operação de transporte, carga e descarga correrá por conta e risco exclusivos da contratada.

**4.3.4. Prazos e regime de entrega integral:** O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da respectiva Nota de Empenho pelo fornecedor. Cada solicitação sob demanda deverá ser cumprida mediante entrega integral, de uma única vez, respeitando rigorosamente a totalidade das quantidades solicitadas no empenho, sendo vedadas entregas parciais ou fracionadas dos itens da Nota de Empenho.

**4.3.4.1. Comunicação de atrasos e prorrogação:** Caso o fornecedor fique impossibilitado de cumprir o prazo por motivos de caso fortuito ou força maior, deverá comunicar o fato formalmente à Administração com antecedência mínima de 7 (sete) dias da data de vencimento, apresentando as devidas justificativas técnicas para que o pedido de prorrogação seja analisado.

### **4.4. Regras de participação, garantia, recebimento e pagamento**

**4.4.1. Restrição de participação:** Considerando a necessidade de emissão de notas fiscais regulares, suporte especializado e assistência técnica local, a participação no certame fica restrita a pessoas jurídicas (natureza empresarial), sendo vedada a participação de pessoas físicas e a subcontratação do objeto principal.

**4.4.2. Carta de solidariedade:** Diante da natureza de bens comuns e da ampla oferta de mercado dos itens listados, não será exigida a apresentação de Carta de Solidariedade emitida pelos fabricantes como condição de habilitação ou de fornecimento, visando garantir a máxima competitividade no certame e fomentar a ampla participação de distribuidores e revendedores varejistas.

**4.4.3. Dispensa de garantia de execução contratual:** Em observância aos critérios de oportunidade e conveniência administrativos, e considerando que o objeto se refere à aquisição de bens comuns com previsão de entrega integral e imediata após cada solicitação sob demanda, não será exigida a prestação da garantia de execução contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, por se mostrar desnecessária diante do baixo risco financeiro direto e com vistas a evitar a burocratização do certame.

**4.4.4. Prazos de garantia dos produtos:** O prazo de garantia contratual — complementar à garantia legal — será de, no mínimo, 90 (noventa) dias para produtos duráveis e 30 (trinta) dias para produtos não duráveis, prevalecendo o prazo do fabricante caso este seja superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo. O fornecedor responderá integralmente pelos custos de assistência técnica, manutenção corretiva e substituição de peças defeituosas na região de execução, sem ônus para a Administração.

**4.4.5. Recebimento dos bens:** O recebimento dos materiais seguirá estritamente o rito da Lei nº 14.133/2021, ocorrendo em duas etapas:

**4.4.5.1. Recebimento provisório:** Realizado no ato da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens com as especificações exigidas e integridade das embalagens;

**4.4.5.2. Recebimento definitivo:** Efetuado após inspeção técnica, funcional e qualitativa detalhada dos equipamentos, certificando-se sua perfeita execução e conformidade com as exigências editalícias.

**4.4.6. Condições de pagamento:** O pagamento será processado e realizado após o recebimento Definitivo do objeto e o devido atesto da Nota Fiscal pela fiscalização contratual, observadas as condições, prazos e regras cronológicas previstos na Lei nº 14.133/2021.

**4.5.** O atendimento a esses requisitos assegura que os materiais permanentes de mobiliário e equipamentos de apoio apresentem padrões adequados de qualidade, segurança, ergonomia (NR-17), sustentabilidade e durabilidade, estruturando e aparelhando adequadamente as diversas seções administrativas, logísticas e operacionais. Essa modelagem contribui diretamente para a melhoria das condições de trabalho, funcionalidade e bem-estar do efetivo, além de promover a substituição de ativos obsoletos nas instalações da Base Ayrton Senna e da Base Sgt Braz. As exigências estabelecidas mitigam riscos de quebras prematuras e desconforto laboral, fortalecem a governança das contratações e asseguram maior eficiência, economicidade e efetividade nas ações de apoio humanitário desenvolvidas pela Operação Acolhida.

## 5. Levantamento de Mercado

### 5.1. Diretrizes do levantamento

**5.1.1. Fundamentação e finalidade:** Nos termos do art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 7º, caput, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 58/2022, o levantamento de mercado teve por finalidade prospectar, identificar e analisar as alternativas disponíveis para o atendimento da necessidade de aquisição de **materiais permanentes de mobiliário e equipamentos de apoio** destinados à Base Ayrton Senna (Boa Vista-RR) e à Base Sgt Braz (Pacaraima-RR), no âmbito da Operação Acolhida.

**5.1.2. Mapeamento de contratações similares e inovações:** Em estrito cumprimento ao art. 7º, § 1º, inciso I, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 58/2022, foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da Administração Pública. Essa prospecção buscou identificar parâmetros modernos de ergonomia (em conformidade com a NR-17), durabilidade de revestimentos e materiais (como tampos em MDP/MDF com tratamento melamínico e estruturas em aço com pintura epóxi) que melhor atendessem às necessidades da Administração, em consonância com o princípio da eficácia previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. A análise de processos anteriores de compras públicas de mobiliário corporativo serviu para subsidiar a fixação de especificações técnicas usuais de mercado que garantam resistência mecânica e adequação logística para as severas condições ambientais da Região Norte.

**5.1.3. Diálogo com o mercado (Art. 7º, § 1º, II da IN 58/2022):** Conforme facultado pelo art. 7º, § 1º, inciso II, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 58/2022, que prevê a realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas para a coleta de contribuições, procedeu-se à prospecção direta frente aos catálogos eletrônicos oficiais de fabricantes, pesquisas em plataformas públicas de compras e análise de índices setoriais de mercado. Diante da maturidade comercial dos objetos e por se tratarem de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por especificações usuais de mercado (art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021), restou evidenciada a suficiência das consultas realizadas, sendo dispensada a abertura de audiência pública formal por critérios de eficiência e celeridade administrativa.

### 5.2. Avaliação de fornecedores e competitividade local

**5.2.1. Inexistência de mercado restrito:** O levantamento de mercado evidenciou que os itens pretendidos possuem ampla série histórica de contratações públicas e vasta capilaridade comercial. Constatou-se a inexistência de restrição relevante à competitividade, havendo pluralidade de fabricantes e distribuidores aptos a atender à demanda.

**5.2.2. Flexibilização de requisitos:** Em estrito cumprimento à IN 58/2022, certificou-se que os requisitos técnicos mínimos estabelecidos neste ETP (como certificações INMETRO e padrões ABNT) são estritamente indispensáveis à segurança das instalações militares, não impondo barreiras artificiais que limitem o certame, garantindo o pleno acesso de fornecedores varejistas e grandes distribuidores na Região Norte.

**5.3. Análise das alternativas tecnológicas e de solução:** Foram avaliadas três alternativas possíveis para a resolução do problema identificado pela Administração:

#### 5.3.1. Alternativa 1 – Aproveitamento de bens existentes no patrimônio da Organização Militar:

**5.3.1.1. Vantagens:** Inexistência de novos custos financeiros imediatos para a Administração e aproveitamento máximo dos recursos patrimoniais já incorporados.

**5.3.1.2. Desvantagens:** O levantamento interno apontou insuficiência quantitativa crônica frente ao tamanho da Força-Tarefa Logística Humanitária. O acervo atual apresenta acentuado desgaste natural pelo uso contínuo, inadequação ergonômica, obsolescência e avarias estruturais graves em mesas e assentos, gerando riscos à integridade física do efetivo e comprometendo a eficiência das atividades operacionais e administrativas.

**5.3.1.3.** Alternativa rejeitada por incapacidade técnica e operacional de suprir as necessidades atuais das bases.

#### 5.3.2. Alternativa 2 – Transferência, cessão ou redistribuição de outros órgãos públicos:

**5.3.2.1. Vantagens:** Potencial redução de custos de aquisição para a Administração Pública mediante o reaproveitamento de ativos de terceiros.

**5.3.2.2. Desvantagens:** Inexistência de lotes disponíveis que atendam simultaneamente às especificações técnicas e ao grande volume exigido pelo projeto. Adicionalmente, há uma severa incerteza logística para o transporte até Roraima e a falta de previsibilidade de atendimento comprometeria a continuidade das ações humanitárias.

**5.3.2.3.** Alternativa rejeitada por inviabilidade logística e alto risco de desabastecimento das estruturas.

### **5.3.3. Alternativa 3 – Aquisição de novos materiais junto a fornecedores especializados:**

**5.3.3.1. Vantagens:** Obtenção de mobiliário e equipamentos modernos, padronizados, com garantia de fábrica, alta durabilidade e plena conformidade com as normas ergonômicas (NR-17). Garante o perfeito atendimento quantitativo e qualitativo das demandas das seções, eleva significativamente os padrões de funcionalidade, salubridade e dignidade nos ambientes de trabalho e apoio, reduzindo drasticamente a necessidade de substituições prematuras ou improvisos.

**5.3.3.2. Desvantagens:** Necessidade de aporte orçamentário inicial para a despesa e tempo administrativo demandado para o processamento da contratação.

**5.3.3.3.** Alternativa adotada como a solução ideal, viável e mais vantajosa para a Administração.

**5.4. Análise dos modelos de contratação disponíveis:** Definida a aquisição de novos bens (alternativa 3), avaliou-se a estratégia jurídica e a modalidade licitatória mais vantajosa:

### **5.4.1. Solução A – Adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) de outro órgão ("Carona"):**

**5.4.1.1. Vantagens:** Alta celeridade administrativa, dispensa de condução de uma licitação própria e otimização da força de trabalho da Seção de Planejamento.

**5.4.1.2. Desvantagens:** Extrema dificuldade em localizar Atas de Registro de Preços vigentes que contemplem a totalidade e a complexidade técnica dos 28 itens deste projeto. Além disso, a maioria das atas nacionais não possui previsão de entrega logística específica com frete incluso para Boa Vista e Pacaraima, gerando risco de recusa pelos fornecedores registrados ou custos logísticos ocultos.

**5.4.1.3.** Alternativa descartada pela incompatibilidade técnica e barreiras geográficas de entrega.

### **5.4.2. Solução B – Dispensa de Licitação:**

**5.4.2.1. Vantagens:** Processamento burocrático simplificado e tempo de resposta extremamente rápido para a compra dos materiais.

**5.4.2.2. Desvantagens:** Alto risco de configuração de fracionamento indevido de despesa devido ao vulto financeiro total estimado para os materiais de mobiliário e equipamentos de apoio. Limita severamente a competitividade do mercado, impede a obtenção de propostas mais econômicas por meio de lances e contraria o caráter planejado, previsível e estrutural da demanda da Operação Acolhida.

**5.4.2.3.** Alternativa descartada por inadequação legal e risco à governança pública.

**5.4.3. Solução C – Licitação própria via Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP):** Realização de certame público próprio voltado à formação de ata de registro de preços para atendimento das demandas:

**5.4.3.1. Vantagens:** Perfeito alinhamento legal, pois os itens são bens comuns (art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021). Garante a máxima competitividade e isonomia, atraindo fornecedores focados na logística do Norte. O Sistema de Registro de Preços confere total flexibilidade para aquisições sob demanda e com exigência de entrega integral, protegendo o fluxo de caixa e a capacidade de armazenamento dos almoxarifados.

**5.4.3.2. Desvantagens:** Exige maior esforço técnico inicial da equipe de planejamento na elaboração das minutas do ETP/TR e na posterior condução da sessão pública de lances.

**5.4.3.3.** Alternativa adotada como a estratégia de contratação mais eficiente, econômica e juridicamente segura para o órgão.

**5.5. Conclusão do levantamento de mercado:** Diante das análises técnicas, operacionais e normativas, conclui-se que a solução mais econômica, sustentável e eficiente para o atingimento das metas institucionais da Operação Acolhida consiste no processamento de licitação própria, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços. A medida garante o pleno aparelhamento das bases operacionais por meio de uma disputa transparente, isonômica e com ampla oferta de mercado.

## 6. Descrição da solução como um todo

### 6.1. Alinhamento normativo e escopo integrado

**6.1.1. Alinhamento normativo:** Nos termos do art. 18, § 1º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, em conformidade com a IN SEGES nº 58/2022 e em conformidade com as orientações constantes no Manual de Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), a solução consiste no conjunto integrado de bens, serviços e providências operacionais e administrativas necessários para atender à necessidade identificada.

**6.1.2. Escopo de fornecimento:** A solução compreende a aquisição de **materiais permanentes de mobiliário corporativo, assentos e equipamentos de apoio administrativo e operacional comuns** (conforme detalhado no Anexo A - Relação de Material - Mobiliário, além das medidas integradas de planejamento, logística de transporte, fiscalização, controle patrimonial e suporte administrativo indispensáveis ao pleno funcionamento da Base Ayrton Senna (Boa Vista-RR) e da Base Sgt Braz (Pacaraima-RR), no âmbito da Operação Acolhida.

**6.1.3. Providências internas:** Para além do fornecimento dos bens, o escopo envolve as providências internas de modelagem da demanda, fiscalização rigorosa do fornecimento no Almoarifado Central do 6º BEC, recebimento provisório e definitivo, tombamento patrimonial e o acompanhamento das garantias contratuais.

### 6.2. Justificativas técnica e econômica da escolha

**6.2.1. Justificativa técnica:** A escolha pelo Pregão Eletrônico com o Sistema de Registro de Preços (SRP) fundamenta-se na natureza de bens comuns dos itens nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021. O modelo de SRP confere flexibilidade para realizar aquisições sucessivas sob demanda, emitindo empenhos conforme as flutuações e movimentações do efetivo da missão humanitária. Isso evita estoques excessivos, otimiza o espaço dos almoxarifados e garante o fornecimento de mobiliários novos, ergonômicos (conforme a NR-17) e duráveis, adequadamente dimensionados para a rotina militar.

**6.2.2. Justificativa econômica:** O modelo SRP atrai distribuidores nacionais e varejistas regionais, maximizando a competitividade e a economia por meio de lances. Por se tratar de fornecimento não continuado com entrega integral a cada empenho, o erário é protegido, pois o pagamento ocorre apenas após o recebimento definitivo de cada lote, eliminando desperdícios com armazenamento excedente e custos com manutenção de equipamentos e móveis obsoletos ou avariados.

### 6.3. Peculiaridades logísticas e diretrizes regionais

**6.3.1. Condições operacionais:** O fluxo migratório e o dinamismo da região de fronteira exigem uma infraestrutura robusta e contínua, tornando inviáveis soluções improvisadas ou emergenciais. Assim, a logística da solução foi modelada para exigir equipamentos e mobiliários com alta resistência mecânica, compatíveis com as severas condições climáticas de umidade e temperatura da região amazônica.

**6.3.2. Integração à infraestrutura e montagem:** A solução se integra de forma coordenada à infraestrutura física existente. Caberá à empresa contratada a entrega e a eventual montagem dos mobiliários nas condições estipuladas. As equipes orgânicas de manutenção e logística das bases realizarão o monitoramento das estruturas, a disposição nos ambientes e os pequenos ajustes rotineiros necessários, dispensando novas contratações complementares para este fim.

### 6.4. Exigências de manutenção, assistência técnica e gestão de riscos

**6.4.1. Garantia técnica:** Como extensão integrada da solução e para mitigar os riscos de isolamento geográfico da região Norte, estabeleceu-se a obrigatoriedade de cobertura de garantia técnica de fábrica (mínimo de 90 dias para produtos duráveis e 30 dias para não duráveis, ou o prazo regulamentar do fabricante se superior), contados do recebimento definitivo.

**6.4.2. Cobertura de custos:** Durante o período de cobertura, o fornecedor contratado responderá integralmente e sem ônus para a Administração pelos serviços de assistência técnica corretiva, reparos estruturais em soldas ou componentes mecânicos e substituição de peças defeituosas.

**6.4.3. Continuidade das ações:** Para garantir a continuidade das ações humanitárias e o bem-estar nas bases, os reparos deverão ser viabilizados prioritariamente por meio de redes autorizadas ou canais logísticos de atendimento estabelecidos na localidade de Boa Vista/RR, minimizando o tempo de indisponibilidade dos equipamentos e os riscos operacionais decorrentes de eventuais falhas.

**6.5. Conclusão da solução:** Diante do exposto, a solução integrada demonstra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e juridicamente segura. Ela assegura não apenas o fornecimento dos materiais permanentes de mobiliário, mas a coordenação das providências administrativas, logísticas e de fiscalização indispensáveis para garantir melhores condições de trabalho, funcionalidade, dignidade e eficiência operacional nas instalações da Base Ayrton Senna e da Base Sgt Braz.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

**7.1** Acerca da análise da compatibilidade entre a demanda prevista e os quantitativos estimados para cada item, com o objetivo de evitar aditivos contratuais desnecessários ou a necessidade de instauração de novo procedimento licitatório, com consequente perda de economia de escala, registra-se que a relação dos itens, suas respectivas descrições técnicas e os quantitativos estimados encontram-se detalhadamente discriminados nos termos da tabela constante no **Anexo A (Relação de Itens)**, conforme condições e exigências estabelecidas na tabela de **Anexo B (Especificações mínimas aceitáveis)** anexos à este processo.

**7.2.** Na presente contratação, serão admitidos materiais que apresentem características técnicas e de desempenho iguais ou superiores às marcas e modelos de referência indicados conforme detalhado na especificação constante no Anexo B (Especificações mínimas aceitáveis). Tal previsão fundamenta-se no § 3º do art. 7º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e observa os princípios da isonomia, da ampla competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 321.090,78

**8.1.** Para a presente contratação, destinada à aquisição de materiais permanentes de mobiliário, a pesquisa de preços foi realizada por meio da **Plataforma Pesquisa de Preços do ComprasGov**, em conformidade com o disposto no art. 5º da Instrução Normativa SEGES nº 65, de 7 de julho de 2021.

**8.2.** A estimativa pormenorizada do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das respectivas memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, encontra-se formalizada no “Relatório da Pesquisa de Preços” e no “Mapa Comparativo de Preços”, ambos autuados sob o mesmo número do presente processo administrativo.

**8.3.** Com base na pesquisa realizada, procedeu-se à estimativa do valor da contratação com a finalidade de mensurar o dispêndio potencial associado à solução escolhida, bem como de avaliar sua viabilidade econômica, à luz dos princípios da economicidade, do planejamento e da eficiência administrativa.

**8.4.** Consideradas as referências de preços obtidas e os quantitativos estimados para os materiais permanentes de mobiliário necessários ao atendimento das demandas da Força-Tarefa Logística Humanitária – Operação Acolhida, o valor estimado total da contratação é de **R\$ 321.090,78 (trezentos e vinte e um mil, noventa reais e setenta e oito centavos)**.

**8.5.** Em observância aos princípios da transparência e da ampla competitividade, e considerando que o mercado de fornecimento de materiais permanentes de mobiliário é caracterizado por ampla oferta de fornecedores e baixo risco de conluio, cartelização ou assimetria informacional relevante, optou-se por conferir **caráter NÃO SIGILOSO ao orçamento estimado**.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

### 9.1. Alinhamento normativo e diretriz geral

**9.1.1. Alinhamento normativo:** Nos termos do art. 18, § 1º, inciso VIII, e do art. 40, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021, em consonância com a IN SEGES nº 58/2022 e a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), o parcelamento do objeto é a regra geral nas compras públicas, devendo ser adotado sempre que o objeto for divisível, técnica e economicamente viável, com vistas a ampliar a competitividade e aproveitar o mercado local.

**9.1.2. Diretriz de parcelamento:** Diante da diversidade dos materiais permanentes de mobiliário e equipamentos de apoio destinados à Base Ayrton Senna (Boa Vista-RR) e à Base Sgt Braz (Pacaraima-RR), a equipe de planejamento optou pelo parcelamento integral da solução, mediante a adjudicação individual por item, sem a formação de lotes.

**9.2. Pilares de planejamento da adjudicação por item individualizado:** A opção pela adjudicação por item individualizado baseia-se nos seguintes pilares de planejamento:

**9.2.1. Ampliação da competitividade e fomento ao mercado local:** Os 28 itens planejados (conforme detalhado no documento Anexo A - Relação de Material - Mobiliário) possuem total autonomia funcional e pertencem a segmentos comerciais distintos (mobiliário de escritório, assentos ergonômicos, estruturas metálicas de armazenamento e artigos de apoio/lazer). A adjudicação por item elimina barreiras de acesso ao certame, permitindo que fornecedores especializados e o varejo regional de Roraima disputem apenas as linhas de produtos compatíveis com sua capacidade operacional e logística, maximizando a disputa e a isonomia.

**9.2.2. Flexibilidade logística e mitigação de riscos:** A contratação individualizada por item descentraliza o fornecimento entre múltiplos vencedores. Essa modelagem protege a Administração contra riscos de desabastecimento, atrasos generalizados ou paralisações logísticas na região Norte, pois a eventual inadimplência de uma empresa não compromete a entrega dos demais itens da licitação.

**9.2.3. Vantajosidade econômica e preservação da escala:** A divisão por itens não ocasiona perda relevante de economia de escala devido à independência funcional dos equipamentos e à ampla oferta de mercado. O modelo garante a obtenção do menor preço unitário real na fase de lances, evitando o "jogo de planilhas" comum em lotes fechados, e confere flexibilidade para empenhar apenas os quantitativos estritamente necessários ao longo da vigência da ata.

### 9.3. Viabilidade de governança administrativa

**9.3.1. Capacidade operacional:** A equipe de planejamento avaliou que a Seção de Planejamento de Contratação e o Almoxarifado Central do 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC) possuem plena capacidade operacional para gerenciar a execução da Ata de Registro de Preços decorrente desta modelagem.

**9.3.2. Fluxos de trabalho:** Os fluxos administrativos de emissão de empenhos sob demanda, conferência de notas fiscais, tombamento patrimonial e posterior fiscalização de garantias serão absorvidos regularmente pelas equipes orgânicas, sem prejuízo à eficiência administrativa ou à padronização mínima exigida.

**9.4. Conclusão do parcelamento:** Conclui-se que o parcelamento com adjudicação por item representa a alternativa mais adequada e vantajosa para a Operação Acolhida. A estratégia atende perfeitamente aos princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, garantindo o tempestivo e adequado aparelhamento das bases com o máximo aproveitamento dos recursos públicos.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Após análise da necessidade de compatibilização de cronogramas, requisitos técnicos, quantitativos e demais aspectos relacionados à execução da contratação, verificou-se que a aquisição de materiais permanentes de mobiliário, tais como mesas, cadeiras, armários, jogos de sinuca, cofres, lixeiras e itens correlatos, possui autonomia funcional e pode ser executada independentemente de outras contratações.

10.2. Dessa forma, conclui-se que **não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes** para viabilizar o atendimento da demanda, sem prejuízo de eventuais aquisições complementares de bens ou serviços que possam ser realizadas futuramente no âmbito da Operação Acolhida, observadas as necessidades específicas da Administração e o devido planejamento das contratações.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

**11.1.** A presente contratação de materiais permanentes de mobiliário encontra-se diretamente alinhada às necessidades administrativas, operacionais e logísticas da Força-Tarefa Logística Humanitária – Operação Acolhida, constituindo medida indispensável para a adequada estruturação e funcionamento das atividades desenvolvidas nas diversas seções da Base Ayrton Senna, em Boa Vista-RR, e da Base Sgt Braz, em Pacaraima-RR. A aquisição visa assegurar a disponibilidade de mobiliário adequado, funcional, ergonômico, resistente e compatível com as demandas institucionais, abrangendo itens como mesas, cadeiras, armários, cofres, lixeiras, jogos de sinuca e demais bens correlatos necessários à organização dos ambientes administrativos, operacionais, de apoio e convivência.

**11.2.** A solução contribuirá para a melhoria das condições de trabalho, conforto, segurança, salubridade e bem-estar dos militares e servidores civis, além de proporcionar maior eficiência funcional dos ambientes, melhor aproveitamento dos espaços físicos, adequada organização patrimonial e continuidade das ações logísticas, administrativas e de apoio humanitário desenvolvidas no âmbito da Operação Acolhida, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

**11.3.** A contratação está compatibilizada com os instrumentos orçamentários vigentes, havendo previsão e disponibilidade de recursos financeiros para sua execução, em consonância com o planejamento orçamentário da Unidade Gestora.

**11.4.** A demanda encontra-se devidamente prevista no **Plano de Contratações Anual (PCA)** da Unidade Gestora, registrado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme detalhamento a seguir:

- **11.4.1. ID do PCA no PNCP:** 03277610000125-0-000004/2026;
- **11.4.2. Data de publicação no PNCP:** 14/05/2025;
- **11.4.3. ID do item no PCA:** 72;
- **11.4.4. Classe/Grupo:** 9999 - ITENS DIVERSOS.

As classes destes itens referem-se em ordem, respectivamente, aos Id no PCA destacados no item 11.4.3.

- **11.4.5. Identificador da futura contratação:** 110794-16/2026.



## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

### 12.1. Alinhamento normativo

**12.1.1. Diretriz legal:** Em conformidade com o art. 18, § 1º, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, a definição dos benefícios constitui etapa essencial do planejamento, evidenciando as vantagens qualitativas e quantitativas esperadas em termos de eficiência, economicidade, mitigação de riscos e atendimento ao interesse público.

**12.2. Benefícios qualitativos e operacionais:** A aquisição dos materiais permanentes de mobiliário e equipamentos de apoio proporcionará melhorias diretas na estrutura da Força-Tarefa Logística Humanitária, destacando-se:

**12.2.1. Dignidade, salubridade e ergonomia no trabalho:** Melhoria significativa nas condições de conforto, habitabilidade, segurança e bem-estar dos militares e servidores civis nas instalações da Base Ayrton Senna (Boa Vista-RR) e da Base Sgt Braz (Pacaraima-RR). O fornecimento de mesas, estações de trabalho e assentos em estrita conformidade com as normas ergonômicas (NR-17) protege a saúde física do efetivo contra lesões laborais e fadiga, mitigando os impactos das severas condições climáticas e do desgaste operacional da região amazônica.

**12.2.2. Continuidade, funcionalidade e efetividade da missão:** Fortalecimento da capacidade estrutural e do suporte logístico-humanitário da Operação Acolhida. A adequada estruturação e o aparelhamento das diversas seções garantem a continuidade ininterrupta das atividades de apoio, acolhimento e assistência emergencial aos migrantes e refugiados, reduzindo sensivelmente falhas, imprevistos ou interrupções decorrentes da grave insuficiência e do acentuado desgaste do acervo atual.

**12.2.3. Eficiência, organização e agilidade administrativa:** Elevação da produtividade, da funcionalidade e da agilidade nas seções logísticas, operacionais e de atendimento das bases. A disponibilização de mobiliários modernos, confiáveis e adequadamente dimensionados para a rotina militar assegura ambientes de trabalho ordenados e eficientes, otimizando o fluxo de processos e o arquivamento seguro de documentos.

**12.3. Benefícios quantitativos, econômicos e de governança:** Sob os aspectos financeiro, patrimonial e de controle, a contratação gerará os seguintes impactos positivos:

**12.3.1. Racionalização do gasto público e durabilidade:** Redução expressiva de custos com reparos pontuais, reposições emergenciais desordenadas e aquisições fragmentadas. A escolha de mobiliários novos com alta resistência mecânica, revestimentos texturizados de fácil higienização e estruturas de aço tratadas contra oxidação assegura uma maior vida útil dos ativos, maximizando o retorno do investimento público em todo o ciclo de vida dos bens.

**12.3.2. Mitigação de riscos e segurança jurídica:** Redução de passivos administrativos e operacionais através de um planejamento padronizado. O respaldo de garantias técnicas de fábrica e a facilidade de atendimento logístico e substituição de componentes na localidade de Boa Vista/RR minimizam o tempo de indisponibilidade dos postos de trabalho e resguardam o erário.

**12.3.3. Fortalecimento da governança e transparência:** Garantia de elevado grau de rastreabilidade, fiscalização e prestação de contas no emprego dos recursos públicos federais, decorrente de um processo de aquisição estruturado por item via Pregão Eletrônico, facilitando o tombamento imediato e o controle patrimonial sistêmico do mobiliário distribuído.

### 12.4. Conclusão dos benefícios

**12.4.1. Relevância estratégica:** Dessa forma, os benefícios identificados evidenciam a relevância estratégica desta contratação para a efetividade da política pública de assistência humanitária promovida pelo Governo Federal na região de fronteira.

**12.4.2. Interesse coletivo:** A solução proposta concilia perfeitamente o desenvolvimento nacional sustentável com a aplicação racional e transparente dos recursos públicos, orientando a estrutura das bases operacionais ao alcance de resultados de excelência e ao interesse coletivo.

## 13. Providências a serem Adotadas

### 13.1. Alinhamento normativo e diretriz de viabilidade

**13.1.1. Fundamentação legal:** Nos termos do art. 18, § 1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 9º, inciso XI, da IN SEGES nº 58/2022, as providências a serem adotadas compreendem todas as medidas materiais, de infraestrutura, de capacitação e organizacionais que a Administração deve implementar previamente à celebração do contrato, a fim de viabilizar a sua regular execução e prevenir atrasos ou falhas.

**13.1.2. Finalidade do planejamento:** A identificação antecipada dessas ações no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar assegura que os impactos operacionais, prazos e requisitos sejam plenamente absorvidos pela estrutura da Força-Tarefa, garantindo as condições necessárias para o adequado recebimento, instalação e uso dos itens planejados.

**13.2. Providências de infraestrutura física, espaço e logística de distribuição:** Para suportar, acomodar e montar adequadamente o novo mobiliário e equipamentos de apoio, a Administração adotará as seguintes medidas estruturais nas bases operacionais:

**13.2.1. Adequação de espaço físico e layout:** As seções administrativas e operacionais da Base Ayrton Senna e da Base Sgt Braz realizarão o mapeamento prévio dos ambientes que receberão as novas mesas, estações de trabalho e armários. Essa providência visa planejar a disposição física dos móveis de forma a não obstruir rotas de fuga, garantir a circulação segura do efetivo e otimizar a ergonomia dos postos de trabalho de acordo com a NR-17.

**13.2.2. Organização e preparação das áreas de armazenamento:** O Almoxarifado Central do 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC) organizará e desimpedirá suas áreas cobertas para a recepção dos materiais. A medida é essencial para garantir o correto acondicionamento, a proteção contra umidade ou poeira e a perfeita integridade física das caixas, tampos e componentes metálicos durante as fases de recebimento provisório e definitivo, bem como para viabilizar o espaço necessário caso haja necessidade de montagem de lotes de móveis no local.

**13.2.3. Logística de desmobilização e triagem:** Paralelamente à chegada dos novos ativos, a seção de patrimônio e a equipe de logística das bases realizarão a triagem e o recolhimento ordenado dos mobiliários antigos que forem formalmente declarados inservíveis, danificados ou obsoletos. Essa ação liberará espaço físico imediato para a instalação das novas estruturas e evitará o acúmulo desordenado de resíduos nas bases.

### 13.3. Providências de capacitação e gestão de pessoal

**13.3.1. Designação e instrução da fiscalização:** Publicação de portaria formal de designação dos fiscais (técnicos e administrativos) e gestores da Ata de Registro de Preços.

**13.3.2. Capacitação técnica e critérios de recebimento:** Promover-se-á o alinhamento técnico da equipe de recebimento e dos fiscais quanto aos critérios de conformidade regulamentares para mobiliário corporativo (verificação dimensional conforme normas ABNT NBR 13962 e 13966, integridade de revestimentos melamínicos, perfeito funcionamento de correções/fechaduras e ausência de avarias estruturais). As equipes também serão orientadas sobre os fluxos internos para acionamento de assistência técnica corretiva local e garantia de fábrica na localidade de Boa Vista/RR.

### 13.4. Fluxos de trabalho e controle patrimonial

**13.4.1. Alinhamento de processos internos:** Ajuste de rotinas entre o Almoxarifado do 6º BEC e o Setor de Patrimônio para garantir que, imediatamente após o Recebimento Definitivo, ocorra a incorporação patrimonial célere e o tombamento dos equipamentos antes da distribuição final para as seções demandantes da missão humanitária.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

### 14.1. Alinhamento normativo e justificativa de excepcionalidade (ausência de PLS)

**14.1.1. Fundamentação geral:** Em estrito cumprimento ao art. 5º, caput, ao art. 11, inciso IV, e ao art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 9º, inciso XII, da IN SEGES nº 58/2022, o planejamento desta contratação observa o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, analisando os impactos ambientais dos bens em todo o seu ciclo de vida.

**14.1.2. Justificativa de ausência de PLS:** Informa-se que esta Unidade Gestora Executora da Operação Acolhida não possui um Plano de Logística Sustentável (PLS) institucionalizado. A ausência do documento justifica-se pelo caráter temporário, dinâmico e emergencial da estrutura da Força-Tarefa — instituída pela Portaria GM-MD nº 1.223/2021 e suas sucessivas prorrogações —, cuja missão de assistência humanitária na fronteira exige celeridade e flexibilidade administrativa, inviabilizando a fixação de metas plurianuais de sustentabilidade típicas de órgãos permanentes.

**14.1.3. Adoção do guia da AGU:** Contudo, essa excepcionalidade não exime a Administração de adotar medidas concretas de proteção ecológica. Desse modo, com fulcro nas orientações da 8ª Edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (CGU/AGU, 2024/2025), este estudo mapeou os riscos ambientais específicos dos 28 itens de mobiliário e equipamentos de apoio pretendidos e definiu suas respectivas ações mitigadoras.

**14.2. Mapeamento de impactos ambientais dos itens a serem adquiridos:** Considerando a natureza técnica dos materiais de mobiliário (madeira, aço, plástico) e equipamentos de apoio logístico, foram identificados os seguintes impactos ambientais em seu ciclo de vida:

**14.2.1. Pressão sobre recursos florestais e biodiversidade:** A fabricação de componentes de madeira (mesas, estações de trabalho, gaveteiros e bancos) pode acarretar a degradação florestal e o desmatamento ilegal caso as matérias-primas não possuam comprovação de origem lícita e manejo sustentável.

**14.2.2. Poluição química e toxicidade:** Os processos de acabamento superficial, como a pintura de estruturas de aço (armários, poltronas, pedestais) e o tratamento de painéis de madeira, podem utilizar tintas, vernizes, solventes e resinas contendo compostos orgânicos voláteis (COVs) nocivos ou metais pesados. Tais substâncias possuem potencial de poluição atmosférica industrial e toxicidade residual nos ambientes fechados de trabalho das bases.

**14.2.3. Geração de resíduos sólidos e descarte pós-consumo:** O desempacotamento e a montagem do volume expressivo de mobiliários gerará resíduos secos imediatos nas bases (paletes de madeira, caixas de papelão ondulado, plásticos e isopor de proteção). Ademais, ao término de seu ciclo de vida útil, o descarte inadequado de móveis avariados (especialmente plásticos de polímero e componentes de aço) satura os aterros locais e pode gerar contaminação ambiental se abandonados em áreas de preservação ou lixões a céu aberto.

**14.3. Medidas mitigadoras e requisitos de sustentabilidade:** Para sanar e mitigar os impactos mapeados, o Termo de Referência e o Edital fixarão as seguintes obrigações para as contratadas, em estrita linha com o Guia de Contratações Sustentáveis da AGU:

**14.3.1. Origem legal da madeira e certificação sustentável:** Para os itens que utilizem madeira ou derivados (como chapas de MDP/MDF resinadas), o Termo de Referência exigirá comprovação de que o insumo é proveniente de florestas plantadas ou de manejo florestal sustentável juridicamente regular. Essa comprovação deverá ocorrer mediante a apresentação de certificações reconhecidas pelo mercado (como FSC - Forest Stewardship Council, CERFLOR - Programa Brasileiro de Certificação Florestal ou equivalente) ou, subsidiariamente, pelos mecanismos oficiais de controle do Sisflora/Ibama, coibindo o desmatamento ilegal.

**14.3.2. Controle de toxicidade e acabamento limpo:** Os mobiliários com estrutura metálica deverão receber pintura eletrostática a pó (epóxi-pó) ou revestimentos equivalentes com baixo teor de COVs e isentos de metais pesados (como chumbo, cádmio ou mercúrio) em sua composição técnica. O requisito protege a qualidade do ar interno nos escritórios operacionais e assegura a salubridade laboral do efetivo das bases.

**14.3.3. Logística reversa de plásticos e embalagens:** Em estrita observância ao Decreto nº 12.688, de 21 de outubro de 2025, o edital preverá a obrigatoriedade de a contratada estruturar a logística reversa e o recolhimento das embalagens plásticas, protetores de isopor e amarrações utilizadas no transporte e acondicionamento dos equipamentos e móveis entregues, comprovando a destinação final ambientalmente adequada por meio de relatórios de fiscalização.

**14.3.4. Coleta seletiva cidadã e resíduos secos:** Como medida de alto impacto social e ambiental, os resíduos recicláveis secos gerados na abertura e montagem dos equipamentos que não entrarem no fluxo de logística reversa corporativa (como o papelão ondulado e paletes descartáveis) serão segregados pelas equipes das bases e destinados prioritariamente a associações e cooperativas de catadores locais em Boa Vista/RR, em conformidade com o Decreto nº 10.936/2022.

**14.3.5. Durabilidade, extensão do ciclo de vida e modularidade:** Alinhado ao conceito de economia circular do Guia da AGU, o Termo de Referência exigirá padrões construtivos que favoreçam a modularidade e a intercambiabilidade de peças (como correições, puxadores e sapatas reguláveis padronizados). Isso estende o ciclo de vida útil do mobiliário e facilita manutenções prediais corretivas internas de baixa complexidade, reduzindo o descarte prematuro de estruturas completas.

**14.3.6. Regularidade ambiental e licenciamento (súmula nº 272 do TCU):** Em estrita observância à súmula nº 272 do TCU, a comprovação de eventual licenciamento ambiental para a comercialização ou transporte de mobiliários ou maquinários específicos (nos parâmetros da Lei nº 15.190/2025 e resolução CONAMA nº 237/1997) será exigida unicamente como condição para a execução do contrato, e nunca como requisito de habilitação, preservando a ampla competitividade do certame.

## 14.4. Conclusão da análise ambiental

**14.4.1. Equilíbrio operacional:** A aplicação ponderada destes critérios assegura o equilíbrio ideal entre eficiência operacional, economicidade e responsabilidade ecológica, alinhando a Força-Tarefa às boas práticas de governança verde e compras públicas sustentáveis.

**14.4.2. Pegada ecológica:** Conclui-se que as medidas mitigadoras propostas são plenamente viáveis e garantem que as aquisições da Operação Acolhida, mesmo diante do seu cenário emergencial de fronteira, colaborem de forma ativa para a redução da pegada ecológica da missão militar humanitária, em perfeita consonância com as orientações normativas vigentes da Advocacia-Geral da União.

**14.5. Sustentabilidade em operações Temporárias:** Essas providências asseguram que a contratação atenda não apenas à necessidade operacional de fornecimento de materiais permanentes de mobiliário e equipamentos de apoio de forma segura e tempestiva, mas também aos princípios da contratação sustentável, demonstrando que, mesmo em operações temporárias e emergenciais, a Administração pode incorporar padrões de responsabilidade ambiental e uso racional dos recursos públicos.

## 15. Diretrizes do Certame

### 15.1. Adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)

**15.1.1.** A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) encontra amparo nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 2021, e é regulamentada pelo Decreto nº 11.462, de 2023.

**15.1.2.** O SRP é um procedimento que permite o registro formal de preços relativos à prestação de serviços, obras e à aquisição e locação de bens para contratações futuras, mediante licitação nas modalidades pregão ou concorrência, ou contratação direta.

**15.1.3.** O SRP proporciona maior agilidade e eficiência aos processos de contratação, otimizando a gestão de estoques, reduzindo custos operacionais e garantindo a padronização de bens e serviços. Além disso, permite que a Administração realize contratações de forma mais

flexível, conforme a demanda real, sem a necessidade de instaurar um novo processo licitatório a cada aquisição ou contratação, contribuindo para a economicidade e a racionalização dos recursos públicos.

**15.1.4.** Para esta contratação, optou-se pela **ADOÇÃO** do Sistema de Registro de Preços, em razão de:

**15.1.4.1.** Necessidade de contratações permanentes ou frequentes do objeto;

**15.1.4.2.** Conveniência de aquisição de bens com previsão de entregas parceladas;

**15.1.4.3.** Impossibilidade de definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração, em razão da variabilidade das frentes de trabalho, da rotatividade de pessoal, do desgaste natural dos **materiais permanentes de mobiliário e equipamentos de apoio** decorrente do uso contínuo e das condições operacionais próprias das atividades desenvolvidas no âmbito da Operação Acolhida.

**15.1.5.** A temporariedade da Secretaria-Executiva de Coordenação de Ações de Assistência Emergencial (SECAAE) reforça essa escolha, uma vez que o SRP vincula apenas por demanda efetiva, evitando compromissos de fornecimento contínuo além da vigência institucional, além de possibilitar uma desmobilização ordenada caso a estrutura seja extinta ou não prorrogada.

**15.1.6.** Nos termos do art. 9º do Decreto nº 11.462/2023, será realizada a divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), por meio do Sistema de Registro de Preços Digital e do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com a finalidade de possibilitar a participação de outros órgãos e entidades da Administração Pública interessados na futura Ata de Registro de Preços, bem como contribuir para o adequado dimensionamento dos quantitativos da contratação.

**15.1.7.** A divulgação da IRP visa promover a eficiência administrativa, ampliar a cooperação entre os órgãos públicos, racionalizar os gastos governamentais, aumentar a competitividade do certame e potencializar a obtenção de ganhos de escala, em conformidade com os princípios da economicidade, planejamento, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **15.2. Possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços (ARP)**

**15.2.1.** A adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) por órgãos ou entidades não participantes, conhecida como “carona”, é um mecanismo previsto no art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021, e detalhado no Capítulo VI do Decreto nº 11.462, de 2023.

**15.2.2.** Este dispositivo permite que órgãos e entidades que não participaram do processo licitatório original possam utilizar os preços registrados na ARP, desde que:

**15.2.2.1.** Haja justificativa da vantagem da adesão, inclusive em casos de provável desabastecimento ou risco de descontinuidade do serviço público;

**15.2.2.2.** Seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores de mercado, em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

**15.2.2.3.** Exista anuência do órgão gerenciador e aceite do fornecedor.

**15.2.3.** Para esta contratação, optou-se por **POSSIBILITAR** a adesão à Ata de Registro de Preços, em razão de:

**15.2.3.1.** Busca por economia de escala, otimização dos recursos públicos, padronização de bens e serviços em âmbito mais amplo;

**15.2.3.2.** A inexistência de prejuízo à competitividade e à gestão da ARP.

**15.2.4.** A permissão de adesão contribuirá para a maximização dos benefícios do SRP, permitindo que outras entidades da Administração Pública se beneficiem dos preços e condições mais vantajosas obtidas no certame, sem a necessidade de realizar um novo processo licitatório.

**15.2.5.** Serão observados os limites e condições estabelecidos no art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021 e nos arts. 28 a 32 do Decreto nº 11.462, de 2023, incluindo a limitação de quantitativos e a necessidade de anuência do órgão gerenciador e do fornecedor.

## **15.3. Vedação de participação de consórcios**

**15.3.1.** O art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021, admite, como regra, a participação de empresas em consórcio, cabendo à Administração avaliar a pertinência de sua aplicação em cada certame. O Manual de Licitações e Contratos do TCU (2024) reforça que a fase preparatória deve conter a motivação acerca da possibilidade ou não de consórcios (art. 18, inciso IX), sendo a vedação medida excepcional, que exige fundamentação técnica e proporcionalidade.

**15.3.2.** Para esta contratação, optou-se pela **VEDAÇÃO** da participação de consórcios, em razão de:

**15.3.2.1. Natureza comum e baixa complexidade do objeto:** Trata-se da aquisição de **materiais permanentes de mobiliário e equipamentos de apoio** amplamente comercializados no mercado varejista e atacadista. O objeto não apresenta complexidade técnica, operacional ou financeira excepcional que justifique a união de duas ou mais empresas para viabilizar o fornecimento;

**15.3.2.2. Preservação da competitividade e suficiência de mercado:** O mercado local e regional de Boa Vista/RR dispõe de um amplo universo de fornecedores individuais e distribuidores plenamente capazes de atender, isoladamente, à totalidade das demandas estimadas, não havendo o risco de restrição à competitividade pela ausência de consórcios;

**15.3.2.3. Eficiência e celeridade processual:** A admissão de consórcios para bens comuns de pronta entrega introduziria uma complexidade jurídica e administrativa desnecessária na fase de habilitação e julgamento das propostas (análise de múltiplos balanços, termos de constituição de consórcio, etc.), contrariando o princípio da eficiência e a necessidade de celeridade que rege os fluxos logísticos da Operação Acolhida.

**15.3.3.** Em decorrência da vedação estabelecida, o instrumento convocatório não conterá disposições regulamentares acerca de liderança de consórcio, soma de índices contábeis ou responsabilidade solidária entre consorciados, aplicando-se as exigências de habilitação e execução de forma estritamente individual a cada licitante.

#### **15.4. Vedação de participação de cooperativas**

**15.4.1.** A participação de cooperativas em licitações públicas é admitida pelo art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que observados requisitos específicos para preservar a natureza jurídica e os princípios do cooperativismo.

**15.4.2.** Para esta contratação, optou-se pela **NÃO VEDAÇÃO** da participação de cooperativas, em razão de:

**15.4.2.1.** Compatibilidade do objeto com a estrutura cooperativista, uma vez que se trata de fornecimento de bens, não envolvendo serviços de natureza personalíssima nem vínculo de subordinação direta;

**15.4.2.2.** Fomento à competitividade e inclusão social, ampliando o universo de potenciais licitantes e permitindo a participação de entidades com relevante papel social e econômico;

**15.4.2.3.** Mitigação de riscos mediante requisitos de habilitação, exigindo-se o cumprimento integral das exigências legais, inclusive regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal.

**15.4.3.** A possibilidade de participação de cooperativas está alinhada ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, não configurando afronta à competitividade ou à isonomia.

#### **15.5. Tratamento diferenciado para ME e EPP**

**15.5.1.** O tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) é imperativo constitucional (art. 170, inciso IX, da Constituição Federal) e legal, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.5.2.** Este tratamento visa promover o desenvolvimento econômico e social local e regional, ampliar a eficiência das políticas públicas e incentivar a inovação.

**15.5.3.** Para esta contratação, optou-se pelo **TRATAMENTO DIFERENCIADO** para ME e EPP, em razão de:

**15.5.3.1.** Ampliação da competitividade pois tais benefícios permitem o ingresso de maior número de licitantes, ampliando a competitividade e aumentando a probabilidade de obtenção da proposta mais vantajosa;

**15.5.3.2.** Promoção da isonomia material, uma vez que o regime diferenciado corrige desigualdades estruturais no mercado, propiciando às ME/EPP condições justas de competir com empresas de maior porte, em linha com a jurisprudência consolidada do TCU.

**15.5.4.** Os instrumentos específicos de favorecimento são:

**15.5.4.1.** Possibilidade de regularização fiscal e trabalhista tardia após a fase de habilitação, com prazo de até cinco dias úteis (prorrogáveis);

**15.5.4.2.** Aplicação do empate ficto, permitindo que propostas de ME/EPP até 10% superiores (5% no pregão) possam igualar ou superar a melhor oferta;

**15.5.4.3.** Realização de licitações exclusivas para itens, lotes ou grupos de até R\$ 80.000,00, sempre que tecnicamente viável e vantajoso;

**15.5.4.4.** Subcontratação obrigatória ou facultativa de ME/EPP em parcelas do objeto, quando compatível, resguardando a padronização e a relevância técnica;

**15.5.4.5.** Reserva de cotas de até 25% do objeto em bens divisíveis, assegurada a vantajosidade.

**15.5.5.** A adoção deste tratamento encontra respaldo na jurisprudência do TCU, que reconhece que sua aplicação, quando motivada e observados os requisitos legais, não configura afronta à isonomia ou à competitividade, mas sim medida de incentivo à competitividade, à inovação e ao desenvolvimento econômico local e regional.

**15.5.6.** Assim, a presente contratação observará o tratamento favorecido a ME/EPP, aplicando os benefícios legais sempre que houver pertinência com o objeto e vantagem para a Administração, resguardando-se os princípios da eficiência, economicidade e legalidade.

## **15.6. Exigências de qualificação técnica**

**15.6.1.** Para esta contratação, optou-se pela **NÃO EXIGÊNCIA** de comprovação de qualificação técnica, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a natureza do objeto, a simplicidade das atividades envolvidas e a ampla disponibilidade de fornecedores aptos no mercado, sem prejuízo à adequada execução contratual.

**15.6.2.** A não exigência de qualificação técnica decorre dos seguintes fundamentos:

**15.6.2.1.** A exigência de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, embora admitida pela legislação, deve guardar estrita relação com a complexidade, relevância técnica ou risco envolvido na execução do objeto. No presente caso, trata-se de fornecimento de bens padronizados, amplamente comercializados, cuja execução não demanda conhecimentos técnicos especializados, experiência prévia específica ou estrutura operacional diferenciada.

**15.6.2.2.** No contexto da Operação Acolhida, embora se trate de ação humanitária de caráter sensível e contínuo, o objeto desta contratação não apresenta grau de complexidade que justifique a imposição de requisitos técnicos adicionais na fase de habilitação. A adoção de exigências excessivas poderia, inclusive, restringir indevidamente a competitividade do certame, em afronta aos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

**15.6.2.3.** A mitigação dos riscos associados à execução contratual será adequadamente assegurada por outros instrumentos de governança e controle, tais como a definição clara das especificações técnicas, a fiscalização contratual, a aplicação de penalidades em caso de descumprimento e a exigência de atendimento integral às normas técnicas, de segurança e de qualidade aplicáveis ao objeto, mostrando-se desnecessária a exigência de qualificação técnica prévia.

**15.6.3.** Assim, opta-se por não exigir comprovação de qualificação técnica, em observância ao princípio da proporcionalidade e ao art. 67, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, preservando-se a ampla competitividade do certame e evitando-se a criação de barreiras indevidas à participação de potenciais fornecedores.

**15.6.4.** Dessa forma, a decisão pela não exigência de qualificação técnica revela-se juridicamente adequada, tecnicamente suficiente e alinhada às boas práticas de planejamento das contratações públicas, em consonância com a Lei nº 14.133, de 2021, com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União e com os princípios da legalidade, eficiência, competitividade, vantagem e adequada gestão de riscos.

## **15.7. Exigências de qualificação econômico-financeira**

**15.7.1.** A qualificação econômico-financeira tem por finalidade verificar a capacidade do licitante de arcar com os compromissos financeiros decorrentes da futura contratação, de modo a assegurar a execução regular do objeto e a redução de riscos de inadimplemento.

**15.7.2.** O art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca os documentos e requisitos que podem ser exigidos para a comprovação da qualificação econômico-financeira, tais como balanço patrimonial, índices econômicos, certidão negativa de falência e capital social mínimo, cabendo à Administração avaliar a pertinência e a proporcionalidade dessas exigências em função da natureza do objeto.

**15.7.3.** Para esta contratação, optou-se pela **NÃO EXIGÊNCIA** de comprovação de qualificação econômico-financeira, considerando que:

**15.7.3.1.** Embora toda contratação envolva riscos financeiros, o valor estimado e a natureza do objeto indicam que tais riscos são limitados e administráveis, não justificando a exigência de qualificação econômico-financeira adicional;

**15.7.3.2.** O objeto contratual não apresenta elevada complexidade técnica, operacional ou financeira, tratando-se de fornecimento padronizado, amplamente ofertado no mercado; e

**15.7.3.3.** Os riscos administrativos, financeiros e operacionais associados à contratação são mitigáveis por meio de outros instrumentos, tais como cláusulas contratuais adequadas, fiscalização da execução, previsão de sanções administrativas e possibilidade de rescisão unilateral, nos termos da legislação vigente.

**15.7.4.** Em razão da não exigência inicial de qualificação econômico-financeira, não haverá, como regra, a obrigatoriedade de apresentação de documentos ou índices contábeis específicos para fins de habilitação, tais como balanço patrimonial, demonstrações contábeis, índices de liquidez ou certidão negativa de falência, preservando-se a ampla competitividade do certame.

**15.7.5.** A decisão pela não exigência de qualificação econômico-financeira observa os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, estando em consonância com o art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como com o entendimento do Tribunal de Contas da União acerca da vedação a exigências desnecessárias ou desproporcionais na fase de habilitação.

## **15.8. Margem de preferência**

**15.8.1.** A margem de preferência, prevista no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021, e regulamentada pelo Decreto nº 11.890, de 2024, constitui instrumento de incentivo ao desenvolvimento nacional sustentável, aplicável exclusivamente a bens manufaturados e serviços nacionais, bem

como a bens reciclados, recicláveis e biodegradáveis, desde que contemplados em listas oficiais da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS).

**15.8.2.** Atualmente, encontram-se beneficiados com margens de preferência, conforme a Resolução SEGES-CICS/MGI nº 1, de 2024, e a Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4, de 2024, entre outros:

**15.8.2.1.** Transformadores, conversores estáticos e carregadores de acumuladores (NCM 8504 e 85044010);

**15.8.2.2.** Acumuladores de íon de lítio (NCM 8507.60.00);

**15.8.2.3.** Veículos automotivos de transporte coletivo e chassis/carrocerias (NCM 8702, 8706, 8707);

**15.8.2.4.** Sistemas metroferroviários e componentes (NCM 8601 a 8608 e 90328930);

**15.8.2.5.** Locomotivas, locotratores, bogies e bissels de tração (NCM 8601, 8602, 8607.11.10);

**15.8.2.6.** Tratores (NCM 8701); e

**15.8.2.7.** Vacinas para uso humano e veterinário (NCM 3002.41 e 3002.42).

**15.8.3.** Para esta contratação, que visa à aquisição de **materiais permanentes de mobiliário e equipamentos de apoio**, optou-se pela não aplicação da margem de preferência, uma vez que o objeto contratual não se enquadra em nenhum dos bens ou serviços contemplados nas resoluções vigentes da CICS, inexistindo respaldo normativo específico para sua aplicação.

**15.8.4.** Dessa forma, a não aplicação da margem de preferência encontra-se devidamente justificada na ausência de previsão normativa específica para o objeto e na necessidade de assegurar a ampla competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021, e com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

#### 16.1. Alinhamento normativo e declaração de viabilidade

**16.1.1. Fundamentação legal:** Em estrita observância ao art. 18, § 1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, e ao art. 9º, inciso XIII, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 58/2022, esta Equipe de Planejamento da Contratação procedeu à análise integrada de todos os elementos técnicos, logísticos, jurídicos e ambientais mapeados ao longo deste estudo.

**16.1.2. Declaração de viabilidade técnica e operacional:** Diante dos requisitos de ergonomia estabelecidos (NR-17), das normas de desempenho da ABNT aplicáveis ao mobiliário corporativo (NBR 13962, NBR 13966, NBR 13961 e NBR 16031) e da constatação de suficiência de fornecedores aptos no mercado regional e nacional, declara-se a solução **PLENAMENTE VIÁVEL** sob o aspecto técnico e operacional. A infraestrutura das bases operacionais e o fluxo logístico desenhado junto ao Almoxarifado Central do 6º BEC demonstram total capacidade de absorver e distribuir os novos ativos de forma célere.

**16.1.3. Declaração de viabilidade econômica e jurídica:** A modelagem da contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) com adjudicação por item individualizado demonstra-se juridicamente segura e economicamente vantajosa. O modelo garante a ampla competitividade, fomenta o comércio local de Roraima, evita o fracionamento indevido de despesa e assegura que os recursos públicos federais sejam aplicados em estrita observância aos princípios da eficiência e da estipulação do menor preço real.

#### 16.2. Alinhamento com o interesse público e ações humanitárias

**16.2.1. Consecução dos objetivos:** Esta contratação revela-se oportuna e necessária, mostrando-se alinhada com o interesse público ao dotar as diversas seções da Base Ayrton Senna e da Base Sgt Braz de meios materiais dignos e funcionais para o desempenho de suas atribuições. Os benefícios alcançados mitigarão os riscos de lesões laborais no efetivo, eliminarão os imprevistos decorrentes do acervo obsoleto e modernizarão os postos de trabalho.

**16.2.2. Fortalecimento da missão:** A regular execução deste planejamento reflete diretamente na qualidade do suporte logístico e administrativo prestado pela Secretaria-Executiva de Coordenação de Ações de Assistência Emergencial (SECAAE), fortalecendo de forma ativa a capacidade de coordenação e a efetividade da política pública de acolhimento e assistência humanitária da Operação Acolhida na região de fronteira.

#### 16.3. Conclusão e encaminhamento

**16.3.1. Recomendação de prosseguimento:** Com base na análise de viabilidade e na robusta governança ambiental aplicada a partir da 8ª Edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, esta equipe técnica recomenda o prosseguimento regular do processo licitatório.

**16.3.2. Remessa para o Termo de Referência:** Este Estudo Técnico Preliminar evidencia-se suficiente e apto a subsidiar a elaboração do Termo de Referência (TR) e do correspondente instrumento convocatório, recomendando-se a remessa dos autos à autoridade competente para fins de aprovação e posterior submissão à consultoria jurídica.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CARLOS AUGUSTO MEDEIROS DE ARAUJO**

Integrante requisitante



*Assinou eletronicamente em 08/06/2026 às 12:40:45.*

**ANDRE LUIZ FRANCO DE SOUZA FILHO**

Integrante administrativo



*Assinou eletronicamente em 08/06/2026 às 17:46:16.*